

BNDES vai acelerar devolução à União, mas estuda velocidade

Por Fabio Graner e Fábio Pupo
| De Brasília

Dos R\$ 271 bilhões que ainda restam de recursos do Tesouro Nacional emprestados ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), R\$ 205,7 bilhões estão comprometidos com operações de créditos em andamento. A diferença de R\$ 65 bilhões é de dinheiro que está sem aplicação. Além disso, o BNDES prevê receber de volta R\$ 37 bilhões neste ano do estoque de empréstimos em andamento. Isso daria um espaço da ordem de R\$ 100 bilhões para devolução dos recursos ao Tesouro Nacional neste ano, embora no ministério da Economia a visão seja de que o banco poderia avançar mais.

Os dados sobre os recursos aplicados pelo banco de fomento com o dinheiro do Tesouro Nacional foram colocados à disposição no site da instituição de fomento, com inédito detalhamento sobre a alocação desses recursos financeiros.

A direção do BNDES concorda com a ideia de devolver valores maiores dos que os atuais R\$ 26 bilhões previstos e reduzir o tamanho do banco, mas há uma

preocupação técnica de que isso seja feito sem prejuízo para aspectos contábeis da instituição, como o nível de capital, e sua operacionalidade em um ambiente de maior demanda por recursos para infraestrutura e investimento.

Para o Ministério da Economia, o BNDES tem como devolver mais R\$ 150 bilhões à União, que é o valor considerado que está na caixa da instituição de fomento em termos de liquidez. Esse montante é composto tanto por títulos públicos (R\$ 108 bilhões) como ações (R\$ 58 bilhões). O ministro Paulo Guedes não tem deixado espaço para negociação, dizendo que o banco "tem que devolver" os recursos demandados. O ministro mencionou especificamente um devolução adicional de R\$ 100 bilhões, além do que já estaria previsto.

A intenção de Guedes e sua equipe de acelerar os retornos do BNDES além do cronograma foi antecipada pelo Valor ainda durante o processo de transição de governo. O entendimento é que é preciso rapidamente reduzir a dívida pública, o que diminuiria o encargo com juros, que tem sido uma das maiores despesas das contas públicas, junto com a Previdência Social.

Para o ministério, a concepção de que uma devolução dessas proporções colocaria em risco a instituição seria equivocada. "Mais de R\$ 310 bilhões já retornaram ao Tesouro Nacional e a instituição não quebrou - como chegou a ser afirmado no passado pelos dirigentes", disse uma fonte da área econômica.

Um interlocutor do banco garante que não há divergência com o Ministério da Economia. A questão está muito mais ligada à velocidade desse processo de devolução, que deve combinar a visão macroeconômica com a gestão bancária mais adequada. "Não se pode deixar o banco em uma situação que depois demande socorro do Tesouro", comenta uma fonte, lembrando que não basta olhar as disponibilidades de caixa, mas sim todo o fluxo do banco e outras questões.

De acordo com os dados divulgados pelo BNDES, um total de R\$ 36,5 bilhões do Tesouro está aplicado em diversas operações com Estados. Além disso, R\$ 52,55 bilhões estão em operações do Programa de Sustentação do Investimento (PSI), que contam com equalização (um tipo de subsídio) pela União. As operações com empresas privadas com esse dinheiro somam R\$ 40,25 bilhões.